

Projeto do governo FHC é mais petista do que tucano

12 AGO 1998

CORREIO BRAZILIENSE

Educação Presidencial
Programa de renda mínima para famílias pobres que mantêm filhos estudando tem vários pontos em comum com Bolsa-escola

Solano Nascimento
Da equipe do Correio

O projeto de complementação de renda que o governo lançou na segunda-feira guarda muito mais semelhanças com o modelo petista implantado no Distrito Federal do que com a fórmula tucana adotada pela administração de Campinas (SP). Critérios para escolha dos beneficiários, renda máxima admitida por família e limite de ausência às aulas são idênticos nos projetos do governo e do PT.

O princípio dos três programas é o mesmo. O governo paga um valor mensal às famílias que se comprometem a manter crianças com idades entre sete e 14 anos na escola.

Ao anunciar o programa, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, insistiu na afirmação de que o governo não está copiando o Bolsa-escola do PT. "Podemos até fazer um exame de DNA (no projeto)", brincou. "O programa foi implantado em Campinas pelo prefeito José Roberto Teixeira, do PSDB."

Teixeira foi o primeiro a colocar em prática o projeto, que havia si-

do discutido na Universidade de Brasília (UnB) em 1989 e proposto pelo chamado Governo Paralelo do PT em 1990.

O governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), chegou a assinar um decreto criando o programa em janeiro de 1995, um mês antes do decreto de Teixeira, mas só foi botar a idéia em prática no ano seguinte. Depois, mais de 20 prefeituras criaram projetos semelhantes.

Em Campinas, têm direito ao benefício as famílias de menores de rua e de crianças subnutridas inscritas em programas municipais. No DF o critério básico para a família receber o benefício é a renda. O

rendimento familiar é também o critério principal do projeto adotado pelo governo federal.

Outra semelhança é a renda máxima permitida para as famílias beneficiadas, que é de meio salário mínimo (R\$ 65) *per capita* nos modelos petista e do governo. Em Campinas, o rendimento *per capita* não pode superar R\$ 35. Esse valor também equivalia a meio salário mínimo quando o sistema foi implantado no município, mas não houve alteração.

Em Campinas, não há um limite de faltas estabelecido. O governo do DF definiu um limite, exigindo 90% de presença. A lei aprovada pelo Congresso para a implantação do programa do governo também não fixou limite, mas o projeto elaborado pelo MEC é taxativo: "Recomenda-se o mínimo de 90% de frequência".

VALOR

Na verdade, o projeto do MEC só se aproxima mais do modelo de Campinas e se distancia da fórmula petista quanto à forma como é calculado o benefício. No DF, toda a família beneficiada recebe um salário mínimo, independentemente do número de crianças. Nos modelos de Campinas e do MEC, o valor recebido por cada uma das famílias depende de uma divisão entre a renda familiar e o número de membros da família. Assim, quanto mais filhos uma família tem, menor será a renda *per capita* e maior será o valor recebido. O valor com renda complementar variável conforme o rendimento é a base de um projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elaborado em 1991.

Nelson Marchezan (PSDB-RS), autor da lei na qual se baseia o projeto do governo, diz que não leu os projetos de Campinas e do DF e que tirou a idéia de uma experiência que fez no Rio Grande do Sul na década de 70. Ele era secretário do Trabalho e Ação Social e diminuiu a evasão escolar dando almoço a crianças carentes.



OS PROJETOS

	TUCANO (CAMPINAS)	PETISTA (DF)	MEC
Quem são os beneficiários?	Famílias com menores de rua ou crianças subnutridas que estejam inscritas em programas municipais	Famílias de baixa renda	Famílias de baixa renda
Qual é a renda máxima <i>per capita</i> para a família receber o benefício?	R\$ 35	Meio salário mínimo	Meio salário mínimo
Qual é a frequência mínima na escola exigida para o pagamento do benefício?	Não há limite fixado	90% das aulas	90% das aulas
O número de filhos influi no valor que cada família vai receber?	Sim	Não	Sim
Qual é o valor do benefício por família?	Entre R\$ 5 e R\$ 385	Um salário mínimo	Entre R\$ 21,70 e R\$ 48,43